



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

ATA Nº 18/2014

----- Aos vinte e dois dias do mês de setembro do ano dois mil e catorze, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Rio Maior, realizou-se uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Rio Maior, sob a presidência de Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais, estando presentes os Vereadores, Carlos Fernando Frazão Correia, João António Lopes Cadoso, Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo, Carlos Alberto Nazaré Almeida, Daniel Alexandre Pulquério Pinto e Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo. -----

----- Pelas dez horas, verificando-se a existência de quórum, a Presidente da Câmara deu início aos trabalhos da presente sessão. -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **APROVAÇÃO DE ATAS** -----

----- A ata da reunião de Câmara de 12 de setembro de 2014 será presente à próxima reunião para discussão e aprovação. -----

----- **DISPONIBILIDADES DE TESOURARIA** -----

----- A Câmara tomou conhecimento que as disponibilidades de tesouraria relativas ao dia anterior eram as seguintes: -----

----- Operações Orçamentais: quinhentos e oitenta e seis mil, setecentos e noventa e nove euros e trinta e quatro centimos. -----

----- Operações não Orçamentais: cento e três mil, novecentos e dois euros e trinta e seis centimos. -----

----- **ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO** -----

----- **VALORSUL – 20 ANOS A CUIDAR DO AMBIENTE** -----

----- **ADESÃO À REDE DE INFORMAÇÃO TURÍSTICA DO ALENTEJO E RIBATEJO** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou os assuntos para conhecimento de acordo com a documentação e prestou uma breve explicação sobre os mesmos. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Referindo-se à comemoração dos vinte anos da Valorsul disse que o poder local democrático conseguiu, com os seus próprios meios, fazer com que os resíduos sólidos urbanos pudessem ser tratados e até uma fonte de riqueza para o ambiente e para as instituições e lamentou que esta saga privatizadora do Governo tenha tido o seu culminar com a privatização de 90% da EGF que configura um confisco ao dinheiro dos municípios e um atentado à autonomia do poder local. Em sua opinião este é um caminho que ainda não terminou, que as autarquias e as Comunidades Intermunicipais têm sentido que isto é uma afronta à sua autonomia e disse esperar que os autarcas e a população percebam que esta situação não é mais nem menos do que uma grande negociata. Relevou a importância de o executivo continuar a dar conhecimento destes assuntos permitindo que todos os membros do executivo possam ter o mesmo nível de informação. Quanto à rede de informação turística reconheceu a sua importância numa altura em que se impulsiona um vetor estratégico para o Ribatejo e para o Alentejo na valorização do turismo. Disse ainda que estas sinergias e particularmente as acessibilidades às candidaturas são das poucas possibilidades que os territórios, agora na moda, de baixa densidade, podem potenciar para fazer com que as populações tenham o mesmo direito à qualidade de vida que outros territórios. Congratulou-se com a iniciativa. -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Questionou, mais uma vez, quando estará concluído o gabinete da oposição visto ir já fazer um ano desde a tomada de posse, e sobre qual o ponto de situação das transferências para as freguesias e do mapa que ficou de ser apresentado apesar de ter verbalizado a informação na última reunião. -----

----- Referindo-se à situação do Senhor Nuno Lucas, perguntou se existe algum desenvolvimento recente e chamou à atenção que falta apenas um ano para terminar os cinco anos e que todo o executivo tinha assumido encontrar uma solução o mais rapidamente possível. -----

----- Solicitou informação acerca da água na Vila da Marmeleira porque desde quinta-feira está um sinal de desvio no local e a água continua a correr pela estrada abaixo e também sobre um pedido de um munícipe que o questionou sobre um requerimento, datado de fevereiro, para colocação de sinalização no Vale da Rosa efetuado através da Junta de Freguesia de São João e Ribeira de São João. Voltou também a perguntar acerca da requalificação da entrada do centro escolar 2 e em particular sobre o necessário parque de estacionamento. -----

----- Por fim referiu-se à situação do início do ano letivo a nível nacional e as

evidentes repercussões no concelho Rio Maior dizendo que a culpa não é das autarquias mas que se assiste, em seu entender, a uma falta de respeito pelos cargos para os quais se é nomeado, pelos alunos, pelos profissionais da educação, professores, educadores, técnicos, auxiliares, administrativos e brinca-se com a vida das pessoas inconsequentemente. Referiu que no concelho de Rio Maior ainda faltam colocar professores, para além dos transtornos nos concursos em que os prejudicados são sempre os alunos. Afirmou ainda que os pedidos de desculpa vindos do Governo deviam ser, desde logo, evitados e que, em seu entender, assiste-se ao fim do ciclo desta política e deste Governo e que, muito provavelmente, este Governo ficará para a história como o Governo mas anti-social da democracia portuguesa. -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Interveio para se referir à aquisição de parcelas de terreno destinadas à construção de uma rotunda e de uma via de ligação do Beco da Paz à Avenida Mário Soares, um processo que se arrasta há alguns anos, e que efetivamente a câmara impôs como condição e como contrapartida a uma unidade comercial aquando da sua instalação. Afirmou que independentemente do processo negocial que existiu entre as partes e do acompanhamento que a câmara em devido tempo possa ter dado a processo negocial, este é um processo negocial entre a Fozmassimo e ao Senhor Nuno Ferreira Lucas. Informou que em reunião realizada no mês de Julho de 2013, da qual foi lavrada ata, se comprova que a Fozmassimo estava, na altura, disponível para pagar até duzentos e trinta mil euros pelo terreno necessário à implantação da rua e que da parte do proprietário não foi aceite este valor. Disse ainda ter conhecimento que as negociações continuaram, sem o acompanhamento da câmara, e que desconhece com rigor qual foi o seu desfecho. Sabe, no entanto, assim como a câmara municipal, que em abril de 2013 o Dr. Luís Salinas, advogado da Fozmassimo, veio informar da impossibilidade de chegar a acordo com o Senhor Nuno Lucas e da sua indisponibilidade para continuar as conversações e que também se sabe, até pela presença mais ou menos constante na reunião da câmara, das afirmações aqui feitas pelo Senhor Nuno Lucas de que teria havido acordo com a Fozmassimo. Disse que qualquer decisão que a câmara tome a seguir tem de ter uma base sólida e que essa base é o conhecimento rigoroso do ponto da situação das negociações entre a Fozmassimo e o Senhor Nuno Ferreira Lucas. Pediu que, conforme regimentado, que fosse aprovada a decisão de a câmara municipal notificar a Fozmassimo e o Senhor Nuno Ferreira Lucas para darem conta, cada um por si, com prazo definido, do ponto

de situação e que a partir daí a câmara tinha uma base sólida de provar e continuar o processo para outro caminho. Solicitou, assim, que fossem tomadas as devidas medidas e que esta sugestão que colocou à consideração da câmara fosse decidida e votada de forma que tivesse sequência e tivesse tratamento imediato tendo em conta o prazo que começa a encurtar e a necessidade de concretizar a infraestrutura. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Disse concordar com a proposta por se tratar de uma situação que está por resolver há muito tempo e aprovar esta posição conjunta, de todo o executivo, pode ser a forma de se resolver este impasse solicitando um ponto de situação às partes para após a informação poderem ser tomadas decisões e evoluir-se no sentido de finalizar este processo. -----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Relativamente ao início do ano letivo disse que efetivamente faltam colocar professores mas há que distinguir entre faltarem professores porque não foram colocados e as situações de doença, juntas médicas, etc., que acontecem e para as quais também tem que ser aberto e obedecem a uma determinada tramitação, atrasando assim o preenchimento das vagas existentes. -----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Informou que a obra no Alto da Serra está em fase de concurso e análise de propostas prevendo que os trabalhos tenham início no mês de outubro e que a limpeza das estradas está praticamente concluída estando apenas em falta uma pequena parte no norte do concelho. -----

----- Relativamente aos vários repuxos e lagos da cidade disse que as bombas, nomeadamente o que está no espaço em frente à igreja nova, têm estado com avarias sistemáticas e foram retiradas novamente para serem arranjadas. Informou ainda que o mau aspecto dos separadores centrais junto ao jardim municipal se deve ao herbicida colocado para combater as ervas daninhas, para posterior plantação de flores. -----

----- Congratulou-se pelo modo como decorreu a visita à União de Freguesias de São João e Ribeira de São João que foi muito bem organizada pela Junta de Freguesia e que poderá ser um exemplo para visitas a fazer noutras freguesias. -----

----- Referindo-se à Casa da Cultura, disse que é do conhecimento geral que ela está desocupada devido aos problemas na cobertura e informou que a obra para a substituição da cobertura e reforço das infraestruturas já foi adjudicada. -----

----- No que respeita ao abastecimento de água à Vila da Marmeleira deu conhecimento que embora o concurso estivesse já para ser lançado ocorreu o imprevisto com a Estrada Nacional 1 e, em face do previsto na Lei dos Compromissos, houve que ponderar qual seria a prioridade e que como, felizmente, tem não havido falta de água na Vila da Marmeleira, decidiu-se avançar, para já, com Estrada Nacional 1 pela sua urgência. -----

----- Quanto ao centro escolar 2 indicou que a execução de um parque continua a aguardar que se abra um concurso para pavimentações mas que têm existido outras prioridades, necessidades e urgências. -----

----- No que respeita à situação do Senhor Nuno Lucas subscreveu o que disse o Vereador Carlos Nazaré e realçou que esteve presente na reunião em que se chegou ao montante de duzentos e trinta mil euros assim como o Dr. Silvino Sequeira, o Dr. Carlos Nazaré, o Senhor Nuno Lucas e o seu advogado, Dr. Carlos Tomé, e os representantes da SONAE. Acrescentou que há uma ata assinada da qual existe cópia e que o Senhor Nuno Lucas, em abril do ano seguinte, efectuou um pedido de reunião porque não se ter chegado a entendimento entre as partes, que foi remetida para as partes, Dr. Luís Salinas e SONAE. Afirmou que a posição relativamente a este pedido, quer de uma parte quer de outra, ou seja, quer da SOER quer da SONAE, foi informar que estão indisponíveis para continuar qualquer tipo de negociação, existindo documentos que o comprovam contrariamente ao que tem sido afirmado em várias reuniões de Câmara. Afirmou que comunga da ideia de se tentar, mais uma vez, que as partes se pronunciem em definitivo para se conseguir avançar para a resolução da situação. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Acerca do processo do Senhor Nuno Lucas solicitou que lhe fosse disponibilizado acesso ao mesmo, atendendo a que há contradições nas informações, ou seja, sistematicamente foi dito que não existia documentos e afinal parece que existem inclusive atas que revelam que não houve acordo. Realçou que quem lê as atas ao longo deste processo todo, pode verificar que sempre foi afirmado que a culpa era da câmara e que é já tempo de clarificar a situação e concorda em absoluto que as partes sejam confrontadas com notificação por escrito para, no prazo de trinta dias, poderem responder qual é o ponto da situação, se chegaram a acordo ou não, e se estão disponíveis ou não para rapidamente dar essa informação. -----

-----Acerca da colocação de professores salientou que não foi feita uma única referência à autarquia porque considera que, neste momento, as autarquias estão à

mercê das decisões do Ministério da Educação e que só num dos agrupamentos faltam colocar nove pessoas entre educadores e professores do primeiro ciclo e isso independentemente das mobilidades, dos atestados médicos ou das gravidezes. -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Disse que consultou os documentos referentes ao processo n.º 8/2010, disponíveis para todos os vereadores, e apesar de todos os dados que se podem verificar no mesmo considerou que é importante para a Câmara, do ponto de vista do rigor, para tomar uma decisão futura bem alicerçada devem as partes ser chamadas a dar o real ponto da situação para que se possa chegar a conclusões sobre o desfecho das negociações e a partir daí tomar as medidas que entender sem demoras. Afirmou que é importante esse ponto de situação porque foram feitas afirmações que muitas vezes não batem certo e o tempo das conversações chegou ao fim acrescentado que já se perdeu tempo demais com tentativas e reuniões infrutíferas. Concluiu dizendo que se comprovadamente não houver disponibilidade de ambas as partes para chegarem a acordo, a Câmara não pode estar eternamente à espera de um acordo que nunca vai existir e terá que partir para uma outra decisão. -----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Esclareceu que não existe nenhum prazo para a garantia em forma de depósito bancário, sendo esta sempre válida. Afirmou que está definitivamente na hora de resolver este assunto porque sinceramente considera que todos estão, certamente, fartos de ser enxovalhados e apelidados de corruptos e outros nomes depreciativos e, em seu entender, contra factos não há argumentos porque a Câmara sempre teve e continua a ter documentos escritos, emails, correspondência trocada entre as partes em que as respostas são claras. Lamentou que o Senhor Nuno Lucas, que sempre vem intervir nas reuniões de Câmara, como é seu direito, por acaso, não esteja presente. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Solicitou que ficasse expresso em ata que é posição conjunta do Executivo Municipal que seja dado um prazo no sentido de fazer o ponto da situação de ambas as partes para se perceber qual o real ponto da situação e se poder evoluir para a resolução deste processo. -----

----- De seguida esclareceu que relativamente ao mapa das transferências para as freguesias no âmbito dos acordos de execução e contratos interadministrativos informou que se irá realizar uma reunião com os presidentes de junta dia 23 e que a planificação feita e que consta do mapa para os pagamentos é o pagamento de cerca de sessenta e cinco mil e trezentos euros em setembro, noventa e quatro mil e

quatrocentos euros em outubro, cento e vinte e três mil e quinhentos euros em novembro e cento e setenta mil euros em dezembro. Reafirmou que esta é a planificação das transferências para as juntas de freguesia mediante a execução dos trabalhos e respetivos autos de medição e confirmação. -----

----- Acerca da questão da sinalização em Vale da Rosa informou que está a ser tratada. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO I - DESPACHOS AO ABRIGO DO DISPOSTO NO N.º 3 DO ARTIGO 35º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO** -----

----- **DESPACHO N.º 58/2014, DE 16 DE SETEMBRO – CERTIDÃO DE AUMENTO DE COMPARTES DE PRÉDIO SITO EM CASAL OU LAGARIÇAS NA FREGUESIA DE ALCOBERTAS EM NOME DE AMARINO CALDEIRA** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é ratificar o despacho n.º 58/2014, exarado pelo Vice-Presidente da Câmara, no dia 16 de setembro do corrente ano, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35º ao anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, pelo qual se determinou certificar que não se vê inconveniente à constituição de propriedade ou ao aumento do número de compartes para o prédio rústico, sito em Casal ou Lagariças na Freguesia de Alcobertas, inscrito na respectiva matriz sob o artigo 140 da secção H, na medida em que deste pedido não resulta qualquer indício de que seja violado o atual regime legal dos loteamentos urbanos, de acordo com as disposições contidas no Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Sugeriu que para uma maior facilidade em identificar o assunto dos despachos efetuados ao abrigo do n.º 3 do artigo 35º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro se colocasse desde logo na designação do ponto para uma primeira informação mais completa. -----

----- **CHEFE DE UNIDADE ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS** -----

----- Por solicitação da Presidente da Câmara esclareceu que a identificação não segue desde logo porque se criou um ponto genérico onde se incluem todos os despachos que possam ser praticados até ao dia da reunião para serem de imediato retificados. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- PONTO II – CERTIDÃO DE AUMENTO DE COMPARTES DE PRÉDIO SITO EM CASAL OU VALE MARINHAS NA UNIÃO DE FREGUESIAS DE OUTEIRO DA CORTIÇADA E ARRUDA DOS PISÕES EM NOME DE SANDRA AZENHA – SOLICITADORA -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é certificar que não se vê inconveniente à constituição de compropriedade ou ao aumento do número de compartes para o prédio rústico, sito em Casal Vale Marinhos na União de Freguesias de Outeiro da Cortiçada e Arruda dos Pisões, inscrito na respectiva matriz sob o artigo 59 da secção B, na medida em que deste pedido não resulta qualquer indício de que seja violado o atual regime legal dos loteamentos urbanos, de acordo com as disposições contidas no Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- PONTO III - CERTIFICAR DOMÍNIO PÚBLICO DE ESTRADA SITA EM CASAL DO JOGO NA UNIÃO DE FREGUESIAS DE SÃO JOÃO DA RIBEIRA E RIBEIRA DE SÃO JOÃO EM NOME DE JOÃO AUGUSTO DA MATA BORGES SACÔTO -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é certificar que o prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo 20 da secção T, sito em Casal do Jogo na União de Freguesias de São João da Ribeira e Ribeira de São João, é atravessado por uma estrada do conhecimento e domínio público de acordo com o artigo 63 da Lei n.º 2110/61, de 19 de Agosto, tendo como topónimo atribuído Rua João Pinheiro, na União de Freguesias de São João da Ribeira e Ribeira de São João, no Concelho de Rio Maior. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- PONTO IV - CERTIFICAR DOMÍNIO PÚBLICO DE ESTRADAS SITAS EM CABEÇA GORDA NA UNIÃO DE FREGUESIAS DE SÃO JOÃO DA RIBEIRA E RIBEIRA DE SÃO JOÃO EM NOME DE SÓNIA VITORINO – SOLICITADORA -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é certificar que o prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo 25 da secção X, sito em Cabeça Gorda na União de Freguesias de São João da Ribeira e Ribeira de São João, é atravessado por

estradas e caminho, que se enquadra o artigo 63 da Lei n.º 2110/61, de 19 de Agosto, conforme planta anexa pelos serviços. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO V - CERTIFICAR DOMÍNIO PÚBLICO DE SERVENTIA SITA EM ESTRADA MUNICIPAL 508 NA FREGUESIA DE RIO MAIOR EM NOME DE MARIA CLARA BATISTA TEODÓSIO G. FRAGOSO** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é certificar que serventia assinalada na planta em anexo não se integra atualmente no domínio público, servindo, no entanto, de acesso ao prédio rústico inscrito na matriz sob o n.º 84 da secção BN da Freguesia de Rio Maior. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO VI – EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DA CRECHE DE CHAINÇA – PROCESSO DE LIBERAÇÃO DE CAUÇÃO AO ABRIGO DO DECRETO-LEI Nº 190/2012, DE 22 DE AGOSTO** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é aprovar a liberação parcial da caução (15%), no valor total de 5.080,27€. (cinco mil e oitenta euros e setenta e vinte e sete cêntimos). -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO VII – EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DA CRECHE DE MALAQUEIJO – PROCESSO DE LIBERAÇÃO DE CAUÇÃO AO ABRIGO DO DECRETO-LEI Nº 190/2012, DE 22 DE AGOSTO** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é aprovar a liberação parcial da caução (15%), no valor total de 4.944,74€ (quatro mil, novecentos e quarenta e quatro euros e setenta e quatro cêntimos). -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- PONTO VIII – EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO E BENEFICIAÇÃO DE TROÇOS DA REDE VIÁRIA MUNICIPAL – 4ª FASE – LOTES Nº 2, 3, 6 E 8 – SUBSTITUIÇÃO DE CAUÇÃO -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é autorizar a substituição das cauções, mediante a aceitação das garantias bancárias apresentadas pela entidade adjudicante e restituição dos montantes depositados na Caixa Geral de Depósitos, no âmbito dos quatro contratos de empreitada mencionados em epígrafe. -

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- PONTO IX – PROTOCOLO COM A ASSOCIAÇÃO REPRESENTATIVA DESPORTIVA E CULTURAL DE VALE DE ÓBIDOS. ANO-LETIVO 2014/2015 – SERVIÇO DE REFEIÇÕES -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, atendendo à necessidade de continuidade do serviço de refeições na Associação Representativa Desportiva e Cultural de Vale de Óbidos, autorizar a realização da despesa no valor estimado de 370,00€ (trezentos e setenta euros), a transferir até 27 de fevereiro de 2015, tendo em conta o estipulado no n.º 2 da cláusula 2ª do referido protocolo e conforme quadro em anexo. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- PONTO X – REGULAMENTO DOS SERVIÇOS DE APOIO À FAMÍLIA -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é submeter a proposta de regulamento à Assembleia Municipal para aprovação nos termos da alínea g) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Fazendo uma ponte com as atividades curriculares que são desenvolvidas no concelho e por todo o país disse que há que ser vigilantes e atentos para que estes serviços não representem apenas gastos de dinheiro público sem qualquer resultado prático. Reafirmou a importância dessa vigilância, em especial no que respeita à qualidade, das atividades e das iniciativas porque se trata de um compromisso com as famílias, os jovens e porque existe um nível de responsabilização grande sobre aquilo

que é investimento público e no resultado final que é a valorização humana, o enriquecimento curricular e o enriquecimento cultural. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Em primeiro lugar considerou que, mais uma vez, as Comunidades Intermunicipais utilizam a estratégia da escala até nos regulamentos, produzindo um regulamento igual para todos os municípios com a possibilidade de ajustamento. Depois, referindo-se aos serviços de apoio à família, ou seja, as actividades de animação e apoio à família iniciou por dizer que as políticas gerais revelam uma tentativa de desqualificação da escola pública e nomeadamente das AEC's com nos prolongamentos e nos ATL. Considerou que incluído nestes serviços há de tudo, do melhor e do pior, sendo certo que os meios que são disponibilizados à autarquia são poucos, os seja, o que é transferido pelo ministério e pelo governo central não chega para as refeições nem para os transportes, o que leva a um caminho direto para a escola privada, porque, acrescentou, se forem verificados os contratos de associação com os estabelecimentos do ensino privado são transferidos mais de oitenta mil euros por ano por cada turma de vinte alunos do primeiro ciclo. Relativamente ao regulamento registou a previsão do artigo 4º onde refere que «as actividades de apoio à família tem início no mês de setembro desde que se encontrem reunidas designadamente as seguintes condições: número mínimo de 6 crianças». Disse que isto corresponde a um esforço bastante grande e a uma redução significativa do número que tinha sido hábito institucional para que estas actividades pudessem funcionar, sendo certo que a situação social no nosso concelho é de tal modo difícil, que, a título de exemplo, na freguesia da Asseiceira serão mesmo seis o pagamento de trinta e cinco euros por mês levou famílias a desistir por não terem meios, o revela as dificuldades que vive o país inteiro e que se reflectem também no concelho de Rio Maior. Disse que esta é uma primeira abordagem do regulamento e que, no que respeita à fiscalização das condições do exercício, será extremamente importante a forma da autarquia fazer o acompanhamento da qualidade dos serviços prestados. Indicou o sentido de voto como favorável. -----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FUGUEIREDO** -----

----- Iniciou por dizer que é necessário clarificar algumas questões e que concordo com o Vereador Daniel Pinto quando refere que não basta oferecer, há que oferecer também qualidade. Esclareceu que há que distinguir duas situações, os serviços de apoio à família onde estão incluídas as actividades de animação e apoio à família, e as refeições e prolongamento de horário para o pré-escolar e as AEC's para o primeiro

ciclo. Disse que este ano, e a título supletivo, tal como já tinha sido feito no ano anterior, as AEC's são da responsabilidade dos agrupamentos, sendo eles próprios que as gerem e que o município fez um esforço para abrir as actividades de animação e apoio à família, não só na sede do concelho mas também nas escolas fora das sedes, como em Asseiceira, no centro escolar Poeta Ruy Belo, em Acobertas e em Fráguas. Confirmou que estas actividades de animação e apoio à família têm efetivamente uma contrapartida, um pagamento, mas que existem seis escalões o que leva a que o município suporte na totalidade os custos quem não pode mesmo pagar. Referir ainda que os ATL são da responsabilidade das associações de pais e que o ATL na Asseiceira foi criado para que os alunos se fixassem e os pais não sentissem a necessidade de recorrer ao privado, e que havendo custos para as associações de pais com o pessoal lá colocado há que cobrar uma mensalidade e concluiu dizendo que por vezes as pessoas não se importam de pagar uma mensalidade no privado mas custa-lhes ter de pagar no público. -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Indicou o sentido de voto como favorável, mas fez uma pequena reflexão acerca da fúria regulamentar que hoje se vive considerando que à medida que falta o dinheiro mais regulamentos existem, levando a que sobre em regulamentos o que falta em meios financeiros para proteger e para acolher as situações. Concordou com o Vereador Daniel Pinto de que a câmara deve continuar vigilante e atenta às situações e que o facto de existir este regulamento não seja impeditivo de encontrar soluções, que este regulamento seja um regulamento que sirva para apoiar as pessoas e não para justificar a falta de acompanhamento e participação da câmara daquilo que efectivamente deve de ser apoiado. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Fez notar que a ata de Concelho Municipal de Educação deveria ser mais explícita porque reparando no seu teor diz que foram propostas e feitas referências às principais alterações introduzidas mas não dizem quais, e também que a vereadora esclareceu e clarificou, mas não refere o quê, ou seja, considerou que não se trata de uma ata mas sim de uma sequência cronológica em relato onde nada se fica a saber, nem quais foram as alterações nem quais foram as respostas. Considerou isto importante porque é um elemento facilitador para quem não está no executivo, nem esteve no Concelho Municipal de Educação e que nessa perspectiva solicitou que a ata pudesse ser explícita relativamente ao que foram as alterações introduzidas e quais foram as clarificações feitas. -----

----- VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA -----

----- Interveio na sequência da intervenção do Vereador Carlos Nazaré por considerar que existe alguma contradição entre o discurso que devem existir apoios e as votações dos vereadores da oposição em propostas que servem para arrecadar os meios para o fazer, como sejam os impostos e as taxas. Afirmou que quando se fala que é preciso apoiar e estar atento, a existência de meios financeiros é indispensável porque esta continua a ser a forma mais eficaz de o fazer, entre outros. -----

----- VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA -----

----- Em resposta à intervenção do Dr. Carlos Frazão disse que é óbvio que tem que haver justiça redistributiva e cobrança de impostos, o que não quer dizer que estejam de acordo com o processo porque, com todo o direito que a maioria teve de apresentar uma proposta, os vereadores da oposição poderiam também ter apresentado uma outra proposta, de outra forma e através da qual, possivelmente, garantiriam os meios necessários para fazer essa redistribuição e que quando a maioria quiser discutir propostas de política fiscal ou em termos de impostos terão todo o gosto em apresentar sugestões. Acrescentou que não foram convidados para esse efeito e que a câmara, com toda a legitimidade, fez as suas propostas com as quais os vereadores da oposição estiveram ou não de acordo. Reafirmou que quando quiserem discutir esses processos como oposição, estarão disponíveis para isso mas não podem ser acusados de não votar as propostas da maioria quando efetivamente não se revêem nelas e também porque em campanha eleitoral disseram que tinham como objetivo baixar o IMI, pelo que agora não iriam votar favoravelmente a proposta apresentada, reiterando que o Partido Socialista tinha uma estratégia para compensar a falta de receita do IMI e que por uma questão de princípio e de honestidade não poderiam agora votar favoravelmente uma proposta que não represente isso mesmo. -----

----- VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA -----

----- Esclareceu que aquilo que disse não foi nenhuma crítica e que obviamente a oposição tem a liberdade toda de votar como entender. Disse ainda que compreende a posição do Partido Socialista que tem tudo a ver com o que irá acontecer do dia 28 deste mês aquando das eleições porque as posições internas do partido relativamente aos impostos podem provocar um certo dilema. -----

----- PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL -----

----- Afirmou que, atualmente, fosse quem fosse maioria teria feito exatamente a mesma proposta que por ela foi apresentada e que disso não havia dúvidas porque na reunião onde foi presente a mesma foi sugerido pelo Vereador Lopes Candoso que

fossem apresentadas propostas de alternativas à arrecadação de receita e ninguém as apresentou. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Lembrou que a sua foi a única intervenção na reunião em causa que chamou à atenção da importância de se ouvir antes a oposição na construção de uma estratégia fiscal que seja um ponto de atracção e não haja perdas e que a CDU até votou a favor da derrama. Disse que percebe a intervenção do Vice-Presidente porque não há ninguém dentro da câmara que tenha mais experiência relativamente a isso que ele próprio e que dessa perspectiva tem mais experiência que todos e de jogar com isso no sítio certo, o que lhe dá uma outra lucidez nestas matérias. Acrescentou ainda que ele sabe perfeitamente, como todos, que a oposição no concelho de Rio Maior é uma oposição com uma enorme urbanidade e que nessa perspectiva o que a CDU sugere é que nestas matérias possam ser ouvidos previamente porque, na oposição, há óptimas ideias e que quando a fazer a mesma escolha que a atual maioria tal não é verdade porque considera que há outras maneiras de se fazer e nessa perspectiva poderiam dar o seu contributo. Referiu ainda que nesse contexto também não percebe porque é que os vereadores do executivo não são convidados para a reunião das freguesias, porque é a reunião do executivo, não é a reunião da maioria. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** -----

----- Esclareceu, relativamente à reunião referida, que esta aconteceu a convite da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Ribeira de São João e São João da Ribeira para visitar a abertura do centro escolar, todas as obras realizadas e ainda a casa poeta Ruy Belo no sentido de os responsáveis na Câmara, por cada uma das matérias, as avaliar no local. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO XI – ELEIÇÃO PARA O PARLAMENTO EUROPEU 25-05-2014 - TRANSFERÊNCIA DE VERBAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é autorizar a transferência para as Juntas de Freguesia, no montante total de 1.002,49 € (mil e dois euros e quarenta e nove cêntimos), no âmbito da eleição para o Parlamento Europeu de 25-05-2014. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Indicou o sentido de voto favorável por se tratar de dinheiro para as freguesias mas não quis deixar de lamentar profundamente que os responsáveis deste país

possam pensar que, num concelho com dezoito mil e novecentos eleitores, as freguesias podem fazer todo o processo eleitoral com mil euros. Disse ainda que o mesmo se passa com as pessoas que lá estão a quem reduziram o valor a receber para cinquenta euros por dez horas de trabalho, acrescentando a responsabilidade que têm, nomeadamente o presidente da junta de freguesia que é também o presidente da comissão recenseadora. Fez notar este facto no sentido de se exigir aquilo a que temos direito até porque já foi retirado mais 4,1% daquilo que está nas receitas em IRS. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO XII – 1ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL 2014** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é submeter a proposta de alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Rio Maior à Assembleia Municipal, para aprovação, nos termos conjugados da alínea o) do n.º 1 do artigo 25º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e o n.º 2 do artigo 3º da Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Disse que foi disponibilizada uma correção que faz toda a diferença uma vez que aquilo que foi inicialmente disponibilizado se referia à criação de uma unidade e esta alteração refere a criação de um cargo, de um posto de trabalho, situação que solicitou que lhe fosse esclarecida. -----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Esclareceu que em dezembro de 2012 foi aprovada a nova estrutura orgânica da câmara municipal que continha um regime transitório, previsto por lei, que terminou em julho de 2014. Em face deste regime, continuou, só em julho de 2014 é que entrou em vigor a nova estrutura aprovada em 2012 e que levou à fusão de duas das anteriores unidades formando apenas uma, a Unidade de Educação, Ação Social, Cultura, Desporto, Turismo e Juventude, para a qual é agora necessário criar o lugar de chefe de divisão. Acrescentou ainda que para além desta situação são também corrigidas situações pontuais, como é disso exemplo a criação de lugares para as pessoas que estão agora no Espaço do Cidadão. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Alertou ainda que existem pormenores que não batem certo e terão que ser corrigidos, nomeadamente a quantificação dos lugares. -----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Fez notar que esses lapsos ocorreram aquando da execução do mapa, vão ser corrigidas e trata-se de questões que não implicam qualquer alteração ao mapa em si.-----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Disse existir um problema de carácter político, ou seja, afirmou que a CDU é contra a lei que regulamenta esta matéria e ainda que na redistribuição de funções podiam discordar mas não fizeram parte da decisão, mas tratando-se da criação de um posto de trabalho, conseguir no momento mais difícil de uma decisão em que do ponto de vista teórico se está contra, verificar que ela corresponde à criação de postos de trabalho, obriga-o a ser autarca e, por essa razão, indicou o sentido de voto como favorável. -----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Esclareceu que efetivamente o que aqui se verifica é a redução de um posto de trabalho porque um lugar de chefe de divisão foi extinto, mas efetivamente o número de funcionários continua igual. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** -----

----- Louvou a posição que tomou na interpretação e no encontrar da melhor solução, neste caso sobre recursos humanos, e questionou como é que as câmaras com executivos CDU lidam todos os dias com este tipo de questões, porque para quem está na oposição é fácil votar contra ou abster-se, mas quem está no executivo, quem tem a responsabilidade de gerir e de presidir a uma câmara, mesmo no que diz respeito à carga tributária, à carga fiscal, mesmo sendo a contra a lei, a verdade é que, independentemente das posições que se possam tomar, isto tem que ser gerido, há que trabalhar e principalmente há que cumprir a legislação. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Respondendo à solicitação da Presidente da Câmara disse que as câmaras CDU cumprem rigorosamente a lei dentro do quadro actual, mas que a autarquia não se pode apenas eximir ao exercício da gestão administrativa e, por isso, é que estiveram e estão contra a forma que a lei prevê que as autarquias locais deixem de ter quadros técnicos necessários, capacidade de decisão, capacidade de planeamento, capacidade de gestão. Afirmou que todos sabem que a consequência da aglomeração destas unidades é uma sobrecarga de trabalho que é quase impossível uma pessoa ter tanta responsabilidade, o que se conjuga com a redução do emprego público. Considerou ainda que o facto de ter que se cumprir na gestão corrente não implica que não se tenha uma atitude reivindicativa face ao poder central, e que é isso que tem sido feito e todos os planos legais, democráticos e cívicos são legítimos no

exercício da autarquia, por isso é que a CDU tem feito, com muita dificuldade, com muito apoio do partido, com muito apoio das pessoas competentes, mas isso, reafirmou, não implica que não tenham, no plano da reivindicação política nos órgãos, uma exigência para a qual isto não é solução, a política deste governo é um problema para o país. -----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Lembrou que por altura da reestruturação manifestou aqui o seu desagrado na criação desta unidade e pela própria reestruturação que foi feita em 2012, tal como ficou registado em ata. Acrescentou ainda que também o CDS não é contra a criação de postos de trabalho e que a verdade é que até se poderá criar mais um posto de trabalho. -----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Interveio para referir que a lei e sua leitura é uma coisa complicada porque o Vereador disse que iria haver uma redução mas pode até pode acontecer que haja a criação de um posto de trabalho, porque nada garante que com a abertura do concurso, quem vier a ser admitido pertença ao mapa de pessoal da Câmara Municipal de Rio Maior e nesse caso estar-se-á a criar mais um posto de trabalho. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Acrescentou que é nessa perspectiva que estão contra, contra a reestruturação, a lei geral, mas é ela que vai permitir a existência de um posto de trabalho, seja através da mobilidade interna, dentro dos quadros internos, ou pela integração de mais um trabalhador. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- Declaração de Voto do **Vereador Carlos Alberto Nazaré Almeida subscrita pelos Vereadores Daniel Alexandre Pulquério Pinto, Carlos Fernando Frazão Correia e pela Presidente da Câmara**, que se transcreve na íntegra: -----

----- “Votei favoravelmente esta proposta porque apesar do espartilho que a lei representa para a gestão das autarquias a Câmara Municipal encontra, vai encontrando, nas margens da lei, nos limites da lei, soluções para minimizarmos os impactos e para que os serviços funcionem e é nesse sentido que aprovei esta proposta.” -----

----- **PONTO XIII – PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA RECRUTAMENTO DE CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2º GRAU PARA A UNIDADE DE EDUCAÇÃO, AÇÃO SOCIAL, CULTURA, DESPORTO, TURISMO E JUVENTUDE – CONSTITUIÇÃO DE JÚRI** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é submeter à Assembleia Municipal, para aprovação, a proposta de constituição de júri para procedimento concursal em epígrafe, nos termos n.º 1 do artigo 13º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Questionou se existem imposições para a constituição do júri nomeadamente no que respeita ao presidente do júri e quais os critérios para a escolha dos vogais. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Esclareceu que no artigo 13º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto prevê no seu n.º 1 a forma de designar e a composição do júri e o n.º 2 refere o universo de profissionais sobre os quais deve recair a escolha para o efeito. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Ainda assim voltou a questionar o porquê de serem indicados estes nomes e não outros que podem ter as mesmas características e o mesmo mérito. -----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Solicitou também um esclarecimento sobre qual é o critério de escolha porque reparou que num concurso são elementos exteriores ao município de Rio Maior e no outro são elementos internos ao município e ao território de Rio Maior. -----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Explicou que esta proposta de constituição de júri terá que ser presente à Assembleia Municipal para aprovação e que foi entendimento do executivo que deveria ser constituído de pessoas exteriores ao município para garantir imparcialidade e independência. Disse que foram estas entidades as escolhidas mas poderiam ter sido outras, e que a escolha recaiu nestas também dentro daquelas câmaras municipais têm solicitado elementos para o mesmo efeito dentro daquilo que são as sinergias criadas entre câmaras e que a questão primordial foi serem pessoas fora do município que pudessem garantir a imparcialidade e independência com reconhecimento como é disso exemplo o presidente de júri que é o director geral dos estabelecimentos escolares, uma pessoa acima de qualquer suspeita. -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Referiu que a constituição de júris é sempre uma situação complicada porque não basta escolher-se alguém com as características necessárias, há que se falar com as elas, saber a sua disponibilidade e se querem efectivamente fazê-lo, porque a indicação da câmara não é nenhuma nomeação e não tem força executiva que

obrigue as pessoas a integrar um júri. Afirmou que se trata de um processo negocial, de conversação e muitas vezes de retribuição de finezas, já que muitas vezes os técnicos superiores desta câmara serviram outras instituições e vice-versa. Indicou o sentido de voto como favorável porque quer acreditar que este é um processo transparente, que os dirigentes das outras instituições são tão credíveis como os dirigentes da nossa entidade e que, nessa situação, não estão disponíveis para fazer favores e acredita também que da parte política haja o acompanhamento necessário, porque ninguém gostará de situações de recursos e recursos fundamentados que legitimem alguma coisa que corresse mal. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Esclareceu que se trata de um entendimento tácito de reciprocidade entre entidades, designadamente no que respeita ao convite aos chefes de divisão, e que estes são, por norma, feitos a entidades que eventualmente já o solicitaram à Câmara Municipal para os mesmos efeitos, sendo certo que as pessoas convidadas têm que preencher os requisitos previstos na lei. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Esclareceu que quando colocou a questão de saber os critérios estava longe de querer levantar qualquer questão de falta de transparência, porque o concurso público é garantia disso mesmo. Salientou ainda que os elementos do júri escolhido se são chefes de divisão de outras câmaras têm de ser competentes e já foram sujeitos a avaliação e que a sua questão foi de saber porque foi Câmara Municipal de Santarém e de Torres Vedras. Disse ainda que o próprio concurso público é o maior garante de transparência. Indicou o sentido de voto como favorável mas esclareceu que não podia deixar de tentar perceber os critérios e disse ter percebido, agora, que um dos critérios é as sinergias estabelecidas entre os municípios dentro de uma política de retribuição. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com uma abstenção. -----

----- Declaração de Voto da **Vereadora Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo**, que se transcreve na íntegra: -----

----- “Abstenho-me tendo em conta que existiram várias conversas internas, foi conversado, foi debatido a constituição do júri, se devia de ser interno, externo, quem era, como não era, foi uma discussão aberta, tenho que o frisar, contudo o nosso objectivo era que o júri não conhecesse potenciais candidatos internos desta casa, diga-se que se é um concurso aberto os outros já não podemos saber, para que todos os potenciais candidatos estivessem em pé de igualdade. Houve, parece-me que

houve esse cuidado da parte de todos nós, mas eu tenho que salvaguardar a minha isenção no sentido de que a Chefe de Divisão da Acção Social e Saúde da Câmara Municipal de Santarém poderá conhecer alguns dos candidatos internos desta casa, diga-se, não estou a pôr em causa a idoneidade da senhora, longe de mim fazê-lo, mas fico melhor comigo em abster-me.” -----

----- **PONTO XIV – PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA RECRUTAMENTO DE CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 3º GRAU PARA O GABINETE JURÍDICO E CONTRATAÇÃO PÚBLICA – CONSTITUIÇÃO DE JÚRI** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é submeter à Assembleia Municipal par aprovação, a proposta de constituição de júri para procedimento concursal em epígrafe, nos termos n.º 1 do artigo 13º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Indicou o sentido de voto como abstenção porque defende que nos concursos públicos os júris não devem ser constituídos por pessoas com que se lida dentro da entidade. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com uma abstenção. -----

----- **PONTO XV – DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO PARA TITULAR DO CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2ª GRAU DA UNIDADE DE EDUCAÇÃO, AÇÃO SOCIAL, CULTURA, DESPORTO, TURISMO E JUVENTUDE** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é submeter à Assembleia Municipal para aprovação nos termos n.º 1 do artigo 13º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, da proposta de atribuição de despesas de representação ao dirigente de nível intermédio de 2º grau da Unidade de Educação, Ação Social, Cultura, Desporto, Turismo e Juventude, no montante fixado para o pessoal dirigente da administração central através do despacho conjunto a que se refere o n.º 2 do artigo 31º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, com as correspondentes atualizações anuais. Acrescentou ainda que se trata de um procedimento que foi tomado para os demais dirigentes de 2º grau da Câmara Municipal. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Referiu que a proposta apresentada devia esclarecer se esta era uma situação *per si* ou se todos ou outros chefes de divisão estavam em igual circunstância e qual o valor da despesa. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Esclareceu que essa situação estava referida na proposta apresentada assim como o no montante fixado para o efeito. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO XVI – ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é submeter à Assembleia Municipal para aprovação, a proposta de abertura de procedimentos concursais para os respetivos recrutamentos excepcionais, nos termos e fundamentos apresentados. --

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Relativamente a este assunto referiu que o facto de ser a Assembleia Municipal a deliberar vem confirmar a prática daquilo que a CDU tem vindo a dizer e que felizmente, com o tempo, se verá que a correcção de forças, as dinâmicas dos autarcas e a população vão alterar, porque de facto o poder local e os executivos estão muito limitados. Indicou o sentido de voto como favorável para que a Assembleia Municipal delibere positivamente sobre a abertura dos processos concursais quer para a dietista quer para os operários, porque se trata da criação de postos de trabalho. -----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Demonstrou a sua satisfação neste momento de expansão com a previsão da contratação para a câmara municipal e o concelho fiquem a ganhar em termos de eficácia nas áreas em causa. Disse que ao contrário do que à primeira vista pode parecer, nomeadamente o lugar para técnico superior dietista e nutrição, esta contratação até pode representar uma poupança porque todos sabemos que a prática de bons hábitos alimentares, seja na câmara municipal, nas escolas ou no concelho uma forma geral, é uma mensagem que se deve tentar passar e, para isso, trabalhar de uma forma coerente, de forma exigente e qualitativa. Nesta perspectiva considerou que se estará a poupar dinheiro, a poupar recursos, a poupar no orçamento geral do Ministério da Saúde, e que, para mais, esta é uma área muito interessante e que quando diz que há seguir caminhos em áreas novas, em áreas inovadoras, de criatividade, este é um deles. Concluiu dizendo que muito embora as obras continuem a ser necessárias, de construção e de manutenção, os operadores públicos e nomeadamente as câmaras municipais, têm, cada vez mais, que caminhar no sentido

das áreas da modernidade, da excelência, da qualificação das pessoas, do conhecimento e da disponibilização de conhecimento, tendo em vista uma melhor qualidade de vida. Reafirmou a sua satisfação por esta boa prática e ver interesse em seguir uma área importante e inovadora, que tradicionalmente as câmaras municipais não apostam. -----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Clarificou que aquilo que se está a aprovar é submeter à Assembleia Municipal quatro procedimentos concursais e que inicialmente se pode ficar com a ideia de que vai haver um aumento de pessoal, do número de trabalhadores, mas que não é isso que acontece. Explicou que neste momento o número total de trabalhadores se apura pela soma dos da câmara municipal, da Desmor e da Escola Profissional de Rio Maior, por ser também ela considerada empresa pública, o que consolida um total de trezentos e quarenta trabalhadores. Continuou dizendo que a Lei do Orçamento de Estado para 2014 veio estabelecer que a câmara nesse ano reduza em 2% o número de trabalhadores, incluindo a Desmor e a Escola Profissional, sendo que ambas as empresas estão neste momento em franca expansão, uma com o aumento da comunidade escolar e outra com aumento do volume de negócio, e que, por isso, não estão em condições de reduzir o número de trabalhadores sob pena de diminuir a qualidade e oferta de serviços. Concluiu dizendo que a lei, neste particular, é injusta porque a redução do número de trabalhadores tem que ser feita à custa dos trabalhadores da câmara municipal e que em 2014 já saíram, por aposentação, doze funcionários, o que permitiu cumprir a lei e ainda deixar folga para a abertura destes concursos. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Deu conhecimento que foi realizada uma reunião na Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL), para esclarecimento da situação da consolidação do número de trabalhadores, nomeadamente da DESMOR e da Escola Profissional, já que a segunda tem, neste momento, a maior comunidade escolar de sempre e a segunda teve um aumento de dezasseis quartos, um aumento de refeições, e são instalações de excelência, com funcionamento de excelência. Continuou dizendo que nessa reunião foi apresentada toda a situação e explicada a impossibilidade prática de estas empresas virem a diminuir o número de trabalhadores pelas razões explanadas. Concluiu que a legislação e a realidade são coisas completamente diferentes e que se coloca uma questão muito relevante que é, se para cumprir a lei não se pode aumentar o número de trabalhadores por forma a prestar o melhor serviço possível, então a alternativa é reduzir a qualidade ou recusar-se clientes. -----

----- VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA -----

----- Reforçou tudo aquilo que foi dito e disse que quando votou favoravelmente num ponto anterior fazendo referência a que lei era um espartilho para as autarquias e para a gestão das autarquias, este é um caso evidente. Afirmou que, nesta perspectiva legal, ao sector empresarial do estado é proibido crescer, é proibido desenvolver-se, é proibido criar riqueza, é proibido lutar contra o marasmo, é proibido criar oportunidades de emprego e oportunidades viáveis, sustentadas de desenvolvimento, concluindo assim que esta lei não serve. Salientou que, contudo, uma coisa é tentar-se resolver os problemas legais que temos e outra coisa é não se abdicar de lutar contra esta lei porque ela limita, de facto, a gestão das autarquias e apelou à Presidente para não deixar de o fazer. -----

----- PRESIDENTE DA CÂMARA -----

----- Acrescentou que na reunião realizada na DGAL o próprio Vice-Presidente da entidade dava razão aos protestos apresentados mas afirmando que a lei tem que ser cumprida. Confessou que por vezes a vontade é desistir perante esta realidade porque não podendo manter a excelência do serviço, da qualidade do serviço que se presta, não se poderá manter os clientes não se poderá aceitar clientes e não pode dar-se a internacionalização merecida. Concluiu dizendo que se vão encontrando as melhores soluções para que tudo isto resulte dentro da lei e com os recursos humanos existentes, qualificando-os, para bem dos serviços e do serviço ao munícipe. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- Declaração de Voto do **Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo**, que se transcreve na íntegra: -----

----- “Nós, a CDU, votou a favor desta proposta não só pela criação de emprego, não só pelo respeito pela lei, mas para chamar à atenção de que o esforço que é exigido hoje às autarquias devia de ser dado como um exemplo para o país porque a nós tiram-nos o dinheiro, tiram-nos a autonomia financeira e administrativa, obrigam-nos a fazer mais e melhor com menos, nos gabinetes dos ministros, nos assessores, nos motoristas é exactamente ao contrário, nos seguranças chegam ao ponto ser um verdadeiro atentado à crise e à pobreza e portanto este governo não serve, esta política não serve e cada dia que passa é mais um transtorno no poder local e na vida dos portugueses.” -----

----- **PONTO XVII – RENOVAÇÃO DE PROTOCOLO COM O CENTRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL “O NINHO” – CIDADÃOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é proceder à renovação do

protocolo de colaboração entre a Câmara Municipal de Rio Maior e o Centro de Educação Especial “O Ninho” tendo em vista a inserção de onze cidadãos portadores de deficiência motora e/ou intelectual. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Relevou a importância deste protocolo e também a importância da inclusão quando hoje os elementos de exclusão são cada vez maiores, e desejou que este exemplo possa estender-se a outros que poderão vir nesse sentido porque qualquer cidadão tem direito a uma vida com dignidade e mais do que isso, tem direito a ser feliz. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- Declaração de Voto do **Vereador Carlos Alberto Nazaré Almeida subscrita pelos Vereadores Daniel Alexandre Pulquério Pinto, Carlos Fernando Frazão Correia e Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo**, que se transcreve na íntegra: -

----- “Votei favoravelmente esta proposta porque a câmara prossegue uma prática de apoiar este tipo de pessoas e estas instituições. Votei ainda favoravelmente na expectativa de que este exemplo seja seguido também pelo setor empresarial.” -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Nos termos do n.º 5 do artigo 27º do Regimento de Funcionamento da Câmara Municipal, propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na presente reunião. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- Quando eram doze horas e trinta minutos, a Presidente da Câmara Municipal deu por encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual, e para constar, se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos e a presente ata que vai ser apresentada na reunião seguinte para aprovação global, assinada pela Presidente da Câmara e por mim, Maria de Lurdes Martins Violante, Chefe de Divisão da Unidade Administrativa e Recursos Humanos, que a redigi. -----

A PRESIDENTE DA CÂMARA: _____

A CHEFE DE DIVISÃO DA UNIDADE ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS: _____

